



6^a CONFERÊNCIA de ESTADUAL CULTURA

Democracia e Direito à Cultura



Democracia e Direito à Cultura

Relatório da Etapa Estadual

6ª. Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul

Realização

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL
SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA

APRESENTAÇÃO

A 6ª. Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, realizada de forma híbrida, foi elaborada pensando no caráter mobilizador à 4ª. Conferência nacional de Cultura, projetada para ser realizada em Brasília, no período de 04 a 08 de março de 2024.

A Plenária Estadual, da 6ª. Conferência Estadual de Cultura, foi realizada nos dias 25 e 26 de janeiro de 2024, no Teatro do Prédio 40 da PUCRS. O número de inscritos de 1.491 (um mil quatrocentos e noventa e um) pessoas, e mais de 500 (quinhentas) pessoas presencialmente em cada dia do evento, superou as expectativas. Esses dados são evidências do fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura e dos Sistemas Municipais de Cultura. Na Plenária estadual foram eleitos 19 (dezenove) delegados titulares da sociedade civil e 10 (dez) delegados eleitos do poder público).

O Sistema Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, conta com a adesão de 339 (trezentos e trinta e nove) cidades, o que representa 68% dos municípios gaúchos e mais de 90% da população. São 383 (trezentos e oitenta e três) Conselhos Municipais de Cultura, 370 (trezentos e setenta) Planos Municipais de Cultura e 379 (trezentos e setenta e nove) Fundos Municipais de Cultura.

A Plenária Estadual, foi antecedida por 91 (noventa e uma) Conferências Municipais e 20 (vinte) Conferências Intermunicipais, o que resulta em 272 (duzentos e setenta e dois) municípios envolvidos. É importante contextualizar que o Rio Grande do Sul é o terceiro estado brasileiro, com o maior número de municípios, ou seja, 497 (quatrocentos e noventa e sete cidades).

Outra etapa que antecedeu a Plenária Estadual, da 6ª. Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, foram os Encontros Setoriais de Cultura, realizados de maneira descentralizada e híbrida. Ao todo foram 1.215 (um mil duzentos e quinze) inscritos, 154 (cento e cinquenta e quatro) cidades envolvidas, atingindo as nove regiões funcionais do Rio Grande do Sul e resultando na elaboração de 65 (sessenta e cinco) priorizações setoriais. Os Encontros Setoriais, realizados no período de 20 de novembro de 2023 até 07 de dezembro de 2023, tiveram caráter mobilizador, propositivo, eletivo e consolidativo, e buscou garantir a presença do debate setorial e da representatividade dos diversos segmentos artísticos e culturais na 6ª Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. Ao todo foram 12 (doze) encontros setoriais de cultura e 1 (um) encontro da política cultura viva. O objetivo geral dos Encontros Setoriais foi resgatar e garantir o acúmulo histórico do debate em torno dos setoriais de cultura. Os objetivos específicos dos Encontros Setoriais foram: a) definir 5 (cinco) prioridades setoriais, entre aquelas que constam nos respectivos Planos Setoriais de Cultura; b) elencar 5 (cinco) prioridades na Política Estadual de Cultura Viva e c) eleger 18 (dezoito) delegados para os Encontros Setoriais na Etapa Nacional.

No processo da 6ª. Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, na Plenária Estadual e nos Encontros Setoriais, foram eleitos o total de 47 (quarenta e sete) delegados, sendo que 27,66% é de representatividade do poder público e 72,34% da sociedade civil.

DISCURSO DA SECRETÁRIA DA CULTURA BEATRIZ ARAUJO

É com imensa satisfação que saúdo a presença de todas e todos, das trabalhadoras e dos trabalhadores da cultura, dos gestores e dirigentes de cultura, de todas as cidades do Rio Grande do Sul.

Estou emocionada com essa plenária tão representativa, e quero aqui lembrar que estamos realizando a 6a. Conferência Estadual de Cultura no mês de janeiro em função da calamidade pública que devastou algumas cidades do nosso estado. Por tanto, penso que poderíamos dedicar a 6a. Conferência Estadual de Cultura, que tem como tema “Democracia e Direito à Cultura”, a memória das inúmeras vidas que foram perdidas nesta tragédia e também ao vigor e a solidariedade do povo gaúcho.

No início da nossa gestão na Sedac, em 2019, o Sistema Estadual de Cultura contava com a adesão de dezenove cidades, hoje são 339 municípios gaúchos com adesão ao Sistema Estadual de Cultura, ou seja, 68% das cidades e 91% da população do Rio Grande do Sul. Neste estado de conferência foram mais de 90 conferências municipais de cultura, 20 conferências intermunicipais e mais de 270 cidades envolvidas. Acredito que esses números são evidências concretas, que apontam para o fortalecimento das nossas políticas públicas de cultura.

No entanto, não podemos simplesmente nos contentar com a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura ou ao Sistema Estadual de Cultura. É necessário o investimento na formação, para vocacionar o gestor, o dirigente de cultura, o técnico de cultura, os integrantes dos conselhos municipais de cultura e também a sociedade civil. É necessário avançarmos no fundo à fundo, entre o estado e os municípios, pois as cidades são mais sensíveis e dominam melhor as questões do seu território e a relação com a sua comunidade. Investir em projetos de cidadania, através dos seus principais meios: a cultura e a educação.

Portanto, temos que ampliar o debate, de maneira clara, para propor diretrizes sobre a divisão de atribuições entre os entes federados. Pedimos, reclamamos, demandamos que o governo federal avance na regulamentação do Sistema Nacional de Cultura e conseqüentemente na regulamentação da transferência fundo a fundo, potencializando a capacidade dos Estados e das cidades brasileiras na implementação das políticas de cultura com autonomia.

Este caminho — de fortalecer a articulação com os municípios e o desenvolvimento regional — estabelecido por um processo institucional de um Sistema de Cultura, pode romper com a lógica de interrupções e descontinuidades das políticas públicas de cultura.

A 6a. Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, realizada de forma híbrida, é focada no caráter mobilizador à 4a. Conferência Nacional de Cultura que será realizada em Brasília.

Certamente a Conferência Estadual, com a participação de expressões de uma gama plural e representativa das mais diversas linhas de pensamento e de experiências variadas, significará um avanço frente aos desafios que temos nos próximos anos.

A Sedac também vem se estruturando para atender a parcelas da população que não apresentam demandas culturais organizadas. Acredito que é esse o espírito que nos anima e nos congrega para somarmos em uma mesma direção. Unidos para construir o futuro do Rio Grande do Sul e sermos reconhecidos pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo, pela geração de oportunidades e qualidade de vida para todos.

É nesse contexto que se demarcam essa política de Estado que é o Sistema Estadual de Cultura, nesta 6a. Conferência Estadual de Cultura, para que as próximas gerações possam conviver em paz, em um amanhã feliz e próspero.

Beatriz Araujo

Secretária de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

- 1.1.** Criar a Previdência Social Cultural, possibilitando uma maior estabilidade aos trabalhadores da área cultural e reconhecendo as artes como bem essencial. Implementar a Seguridade Social, para garantir a subsistência e o amparo aos trabalhadores das artes e da cultura.
- 1.2.** Aprovar o Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, institucionalizando as políticas públicas culturais, assim como, implantar o Sistema Nacional de Indicadores Culturais, integrando os três entes da federação e a disponibilização de recursos para sua efetivação; e garantir a execução do Programa de Formação e Capacitação e a contratação de técnicos com formação superior nas áreas culturais nas três esferas governamentais.

Eixo 2 – Democratização do acesso à cultura e Participação Social

- 1.1.** Instituir programas de incentivo que garantam: 1- a criação, a reforma e a manutenção de espaços, equipamentos e projetos culturais, para que se operacionalize uma maior participação das comunidades (principalmente periféricas, rurais e de baixa renda); 2- que os Municípios pequenos continuem a receber aporte de recursos da cultura. Assim, transformar os Pontos de Cultura em centros culturais de referência para suas comunidades pode ser uma via potente de alcançar esses objetivos, ao atualizar e fortalecer a política Cultura Viva, ampliando sua abrangência. Outra ação necessária é ampliar, simplificar, desburocratizar os editais de fomento à cultura e capacitar os agentes culturais e gestores públicos, garantindo a abrangência de todos os agentes culturais através do rol taxativo e não exemplificativo, de intercâmbio e circulação artística, inclusive pela adoção de plataformas digitais, facilitando o acesso aos recursos públicos. Esta plenária propõe da mesma forma ampliar editais de intercâmbio e circulação artística; mapear amplamente o setor cultural e monitorar os beneficiados pelas políticas de fomento com vistas à correção de distorções e ampliação do alcance para aqueles não atingidos. Incentivar nos editais projetos com maior legado, bem como produtores culturais iniciantes. Pontuar de forma diferenciadas agentes que sejam participativos nos debates culturais envolvendo as políticas públicas para cultura. Garantir orçamento participativo nos recursos da cultura, com rubricas orçamentárias específicas proporcionais para cada segmento cultural.
- 1.2.** Garantir que as gestões estaduais e municipais promovam o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura. Com base no conceito de cidadania cultural,

ampliar a representação social no debate, elaboração e implementação de políticas públicas para a cultura nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, reconhecendo e incluindo grupos socialmente excluídos desses espaços e garantindo representações de regiões e territórios, não apenas das linguagens culturais, garantindo aos Conselhos seu poder fiscalizador e deliberativo do orçamento destinado à cultura. Assegurar e instrumentalizar para participação aos grupos invisibilizados, facilitando seu acesso (com transporte público gratuito, por exemplo) e permanência nos espaços de discussão e implementação de políticas públicas da cultura. Democratizar a votação dos conselheiros para os Conselhos de Cultura. Criar colegiados que envolvam diferentes segmentos culturais para discussão das necessidades das práticas culturais e instrumentos de controle e participação popular direta nas políticas públicas, para além do Conselho de Políticas Culturais, a fim de dinamizar a participação social, como fóruns permanentes descentralizados com encontros nos bairros para levantamento e discussão de demandas e novas abordagens das políticas culturais. Desenvolver mecanismos digitais de participação da comunidade e caravanas culturais de intercâmbio entre os municípios e de comunicação em rede, valorização e capacitação dos profissionais da cultura para a sua participação social.

Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória

- 2.1.** Criação de uma política descentralizada de educação patrimonial e uma política de inventário, com previsão de recursos orçamentários e incentivos fiscais, garantindo o direito à memória, a história e à criação de novas coleções, acervos e museus que reconheçam e garantam como patrimônio cultural e ambiental, o território, a paisagem cultural, a oralidade, fazeres e saberes, abrangendo os povos tradicionais, povos originários, grupos e movimentos sociais diversos, assegurando a pesquisa e a preservação do patrimônio material e imaterial.
- 2.2.** Mobilizar e articular com a comunidade e setores da política pública (meio ambiente, educação, turismo, planejamento urbano, etc.), para a realização de projetos/oficinas de sensibilização, qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil a proteção e difusão do Patrimônio Cultural local/regional. Mapear e inventariar sítios históricos como pontos de referências, que visam a estimular e a potencializar práticas/ações educativas para conservação/preservação patrimonial.

Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

- 3.1.** Criar e fortalecer políticas públicas afirmativas permanentes a nível federal, estadual e municipal de fomento por meio de editais específicos, mapeamento e cadastro cultural, através de busca ativa realizada de forma territorial. Criar um programa de apoio a um calendário de eventos anuais com foco específico para divulgar e promover a diversidade

cultural de cada região. Fica a cargo do município, articulado com governo estadual e federal, a formação de uma comissão remunerada composta por representantes da sociedade civil eleitos pela mesma, correspondentes aos seus respectivos grupos, para realizar essa busca ativa, também criando uma ouvidoria para monitoramento e encaminhamentos jurídicos quando as ações forem desrespeitadas a nível local (incluindo possível vedação do recebimento de novos recursos federais tanto para gestores quanto entidades proponentes). Todas as políticas públicas elencadas deverão garantir a acessibilidade física, comunicacional e atitudinal, sejam nos editais ou nos espaços públicos, com garantia de recurso específico para implementação nos projetos. Todas estas ações devem ter obrigatoriamente como protagonistas representantes de cada grupo social, incluindo no papel de avaliadores e pareceristas, de forma que nada se fale ou se faça sobre eles, sem eles. São objeto destas ações afirmativas as entidades culturais, grupos e fazedores de cultura de PCDs, idosos, juventudes, comunidade lgbtqia+, culturas urbanas, culturas populares, imigrantes, povos nômades, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares – PIPCTAF (andirobeiras, apanhadores de sempre-vivas, caatingueiros, caiçaras, castanheiras, catadores de mangaba, ciganos, cipozeiros, extrativistas, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, indígenas, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, pescadores artesanais, piaçaveiros, pomeranos, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, vereadores, agricultor familiar).

- 3.2.** Instituir em todos os entes da federação um programa transversal, incluindo programas de capacitação para gestores e enfrentamento ao racismo, LGBTQIA+ fobia, ao capacitismo, à misoginia e outras formas de preconceito, unindo as áreas da cultura, educação, saúde e assistência social, para garantir a formação, a informação e o acesso às políticas públicas afirmativas. Criar órgãos específicos dentro das secretarias de cultura focados na diversidade e na acessibilidade, bem como conselhos consultivos específicos para trabalhar esses temas junto aos gestores. Todas estas ações devem ter obrigatoriamente como protagonistas representantes de cada grupo social, incluindo no papel de avaliadores e pareceristas, de forma que nada se fale ou se faça sobre eles, sem eles. São objeto destas ações afirmativas as entidades culturais, grupos e fazedores de cultura de PCDs, idosos, juventudes, comunidade LGBTQIA+, culturas urbanas, culturas populares, imigrantes, povos nômades, Povos indígenas, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS e AGRICULTORES FAMILIARES – PIPCTAF – (Andirobeiras, Apanhadores de Sempre-vivas, Caatingueiros, Caiçaras, Castanheiras, Catadores de Mangaba, Ciganos, Cipozeiros, Extrativistas, Faxinalenses, Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Ilhéus, Indígenas, Isqueiros, Morroquianos, Pantaneiros, Pescadores Artesanais, Piaçaveiros, Pomeranos, Povos de Terreiro, Quebradeiras de Coco Babaçu, Quilombolas, Retireiros, Ribeirinhos, Seringueiros, Vazanteiros, Vereadores, Agricultor familiar).

Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

- 4.1.** Mapear os prestadores de serviços das cadeias produtivas da economia criativa, inclusive as periféricas, sejam eles pessoas físicas e/ou jurídicas. Criar direitos trabalhistas, sociais e previdenciários para os trabalhadores da economia criativa, bem como incentivos fiscais e financeiros, com linhas de crédito acessíveis. Revisar as classificações (CNAEs) de Microempreendedor Individual, reconhecendo as áreas da economia criativa. Reavaliar o Marco Regulatório das Organizações Sociais (MROSC), visando às especificidades da área da economia criativa.
- 4.2.** Garantir repasses fundo a fundo, permitindo a criação de políticas permanentes e editais de fomento à produção cultural local, direcionados à economia criativa. Fomentar a criação de circuitos artísticos regionais para promover a valorização e dar visibilidade aos profissionais da economia criativa local, priorizando os artistas e criativos locais que tem como única e principal fonte de renda seu trabalho com a economia criativa, de forma independente. Capacitar e qualificar os trabalhadores da economia criativa. Garantir percentual mínimo obrigatório de contratação de artistas locais nos projetos culturais financiados com leis de incentivo cultural.

Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais

- 5.1.** Fomentar a produção, difusão e consumo artístico local, por meio de espaços físicos dedicados à criação e cocriação de artes e linguagens digitais, através da criação ou readequação de espaços culturais públicos, promovendo a inclusão digital e o acesso às artes em territórios urbanos, periféricos e rurais.
- 5.2.** Criar e executar cursos de formação e capacitação para produtores culturais locais, profissionais das artes, áreas técnicas, artistas e público em geral, sobre as possibilidades e ações que as linguagens digitais oferecem, e também de como utilizá-las.

Proposta 1

Aprovação da PEC150

Propostas Extras

Indique abaixo com qual eixo a proposta se relaciona diretamente:

XX	Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura
	Eixo 2 – Democratização do acesso à cultura e Participação Social
	Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória
	Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural
	Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade
	Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais

Proposta 2

Aprovação dos fundos setoriais

Indique abaixo com qual eixo a proposta se relaciona diretamente:

XX	Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura
	Eixo 2 – Democratização do acesso à cultura e Participação Social
	Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória
	Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural
	Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade
	Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais

COMISSÃO ORGANIZADORA

Responsável pela Comissão Organizadora da etapa
Nome: Gabriella Meindrad
Telefone: 051 3288 5454
E-mail (institucional e privado): gabinete@sedac.rs.gov.br

Integrantes da Comissão Organizadora da etapa	
Nome Completo	Representação
Gabriella Meindrad	Secretaria da Cultura
Ruben Francisco de Oliveira	Secretaria da Cultura
Alexandre José Vargas da Silva	Secretaria da Cultura
Fabrcio Marquesin	Secretaria da Cultura
Rubia Ana Mossi Frizzo	Conselho Estadual de Cultura
João Carlos Salgado de Los Santos	Conselho Estadual de Cultura
Consuelo Vallandro Barbo	Conselho Estadual de Cultura
Evandro Vinícius Manes Soares	Comissão Intergestores Bipartite
Geziel Da Silva de Souza	Comitê Cultura Viva
Alceu José Da Silva	Colegiados Setoriais de Cultura
Andreia von Hausen Bederode Becker	Colegiados Setoriais de Cultura
Sônia Maria Dettenborn Luz	Colegiados Setoriais de Cultura

MOÇÕES APROVADAS

Quantidade de moções aprovadas: 14

Moção 1:

Destinatário: Bloco Eixo - 1
Tipo de moção: Reivindicação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Criação de ações, prazo de execução e designação de ente responsável pela execução para cada meta apresentada no Plano Nacional de Cultura durante na 4ª Conferencia Nacional de Cultura.

Moção 2:

Destinatário: Bloco Eixo - 1
Tipo de moção: Reivindicação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Reestabelecer e destinar prédios públicos ociosos para ocupação de equipamentos culturais, por meio da concessão de uso, pela sociedade civil organizada com fins culturais.

Moção 3:

Destinatário: Bloco Eixo - 1
Tipo de moção: Reivindicação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Garantir a abertura de concurso público, nos três níveis, para técnico em cultura com formação em nível técnico e superior nas áreas das artes e humanidades.

Moção 4:

Destinatário: Bloco Eixo - 1
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Moção de recomendação para as próximas conferências da cultura, a fim de garantir participação democrática e oportunidades pedagógicas para o diálogo e debate sobre políticas públicas: que as conferências, e encontros prévios, aconteçam no sábado e domingo, justificado pela impossibilidade de muitos fazedores de cultura, que não podem se liberar de suas atividades para participar ao longo da semana.

Moção 5:

Destinatário: Bloco Eixo - 2
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Em consonância com o que disciplina a Lei No 14.310, de 30 de setembro de 2013, que institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande Do Sul (SEC RS), a plenária reunida para a discussão do eixo 2 da 6a Conferência Estadual de Cultura do RS, Democratização do acesso à Cultura e Participação Social apresenta a Moção de Apoio à Lei Julieta. A Lei homenageia a artista, mulher, palhaça, migrante, nômade, cicloviajante, Julieta Hernandez que foi brutalmente assassinada enquanto cruzava o país levando a sua arte nas comunidades que cruzavam o seu caminho. A Lei, buscará de forma ampla e transversal, garantir a segurança da mulher cis, pessoas trans, travestis e não binárias, segurança das pessoas nômades e viajantes com prioridade para mulheres e crianças, nos âmbitos da cultura, segurança, saúde, mobilidade, com políticas públicas de acessibilidade e acolhimento. Para que viajantes/cicloviajantes tenham assegurados seu direito de ir e vir, transformando os pontos de cultura em pontos de acolhimento nos municípios.

Moção 6:

Destinatário: Bloco Eixo - 2
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Em consonância com o que disciplina a Lei No 14.310, de 30 de setembro de 2013, que institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande Do Sul (SEC RS), em especial, atendendo ao seu princípio de reconhecimento, respeito, proteção, valorização e promoção da diversidade das expressões culturais presentes no

território estadual, a plenária reunida para a discussão do eixo 2 da 6a Conferência Estadual de Cultura do RS, Democratização do acesso à Cultura e Participação Social apresenta a Moção de Apoio à diversidade cultural e étnica do Rio Grande do Sul e aos princípios de acessibilidade universal representadas pelas instituições culturais, processos e/ou acervos arquivísticos, bibliográficos, museológicos, esforços de preservação que tenham sofrido ou possam vir a sofrer danos causados por eventos naturais e ambientais extremos, que desde a pandemia da COVID/19, acrescida das mudanças e alterações climáticas globais vêm escalando os riscos à memória dos saberes e fazeres de grupos sociais como integrantes dos povos originários, povos do mar, pescadores artesanais, habitantes das áreas ribeirinhas e costeiras que estão à mercê dos impactos devastadores, com altos riscos de perecimento cultural, são os primeiros a ser atingidos, muitas vezes arrancados de suas casas. É urgente a instituição de medidas governamentais além do apoio às ações em rede e às buscas de garantias e recursos para prevenir e mitigar os impactos nas instituições, processos, costumes, tradições ou acervos em risco de perecimento cultural.

Moção 7:

Destinatário: Bloco Eixo - 3
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Fortalecimento dos equipamentos, espaços culturais formais e não formais como museus, bibliotecas, arquivos, casas de cultura, teatros, escolas de samba, dentre outros, enquanto espaços estratégicos para a construção coletiva de políticas públicas para a promoção da cidadania, da democracia, do antirracismo, do antifascismo e valorização das diversidades, das memórias e identidades locais e comunitárias através da criação de programas, ações e editais permanentes de preservação, modernização, pesquisas e salvaguarda das diferentes expressões culturais, étnicas e de gênero.

Moção 8:

Destinatário: Bloco Eixo - 3
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Os representantes Missioneiros, do setor público e sociedade civil, presentes na 6º Conferência Estadual de Cultura, manifestam e compartilham com os demais participantes, REPÚDIO, pelo fechamento do Museu das Missões desde 2021, impedindo a visitação pública, deste que possui um dos mais importantes acervos do nosso país. A mais de dois anos o espaço cultural é mantido fechado e como justificativa para tal descaso com a cultura na região, o Ibram tem usado a falta de servidores e recursos orçamentários. Não há sentido o maior acervo do barroco jesuítico guarani do Brasil estar fechado, impossibilitando que a comunidade local, regional e turistas do mundo inteiro que visitam as Missões, não tenham acesso a este patrimônio material e imaterial brasileiro. Juliani Borchardt e Márcia Reck.

Moção 9:

Destinatário: Bloco Eixo - 4
Tipo de moção: Repúdio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Moção de repúdio ao racismo estrutural presente na conferência de cultura, que foi percebido tanto na ausência de representatividade nas mesas de abertura, nas palestras como na ausência de cotas para indígenas, negros, e outros povos tradicionais para a eleição de delegados nacionais. Também foi relatado um caso de racismo contra uma mulher negra no dia 25 dentro da conferência, cuja denúncia deve ser encaminhada à comissão de coordenação.

Moção 10:

Destinatário: Bloco Eixo - 4
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Moção de apoio ao movimento das juventudes que estão presentes em todos os espaços da sociedade e dentro da cultura não seria diferente. São trabalhadores da cultura, produtores culturais, técnicos em eventos e educadores sociais, que estão desde a metropolitana até o interior, produzindo todas as linguagens artísticas, nos movimentos sociais, dentro do movimento HipHop e nas comunidades e povos tradicionais e muitas vezes sofrem inúmeras violências. Nesse contexto de luta, o apoio à Lei Julieta, que homenageia a artista, mulher, palhaça, migrante, nômade, cicloviajante, Julieta Hernandez que foi brutalmente assassinada enquanto cruzava o país levando a sua arte nas comunidades que cruzavam o seu caminho. A Lei buscará, de forma ampla e transversal, garantir a segurança da mulher cis, pessoas trans, travestis e não binárias, segurança das pessoas nômades e viajantes com prioridade para mulheres e crianças, nos âmbitos da cultura, segurança, saúde, mobilidade, com políticas públicas de acessibilidade e acolhimento.

Moção 11:

Destinatário: Bloco Eixo - 5
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: A Lei homenageia a artista, mulher, palhaça, migrante, nômade, cicloviajante, Julieta Hernandez que foi brutalmente assassinada enquanto cruzava o país levando a sua arte nas comunidades que cruzavam o seu caminho. A Lei buscará, de forma ampla e transversal, garantir a segurança da mulher cis, pessoas trans, travestis e não binárias, pessoas nômades e viajantes com prioridade para mulheres e crianças, nos âmbitos da cultura, segurança, saúde, mobilidade, com políticas públicas de acessibilidade e acolhimento.

Moção 12:

Destinatário: Bloco Eixo - 5
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Ações estruturantes dentro da economia criativa impactam diretamente sobre o trabalho, a renda e a sustentabilidade de toda a biodiversidade dos ecossistemas criativos. Deste modo, uma das ações mais efetivas decorre da priorização dos artistas locais que tenham como única e/ou principal fonte de renda seu trabalho com a cultura, de forma independente, garantida na redação clara e objetiva das cláusulas dos editais e contratações. Além disso, a criação de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos artistas permitirão um novo regime cultural de relação de seus fazedores com suas práticas. A revisão do Marco Regulatório das Organizações Sociais (MROSC) também é um ponto de destaque, pois estabelecerá parcerias que estimularão a gestão pública democrática e a valorização de diferentes aspectos da economia criativa, atendendo a antigas reivindicações do setor cultural. Por fim, a constituição de mecanismos de incentivo continuados, através do repasse de fundo a fundo, viabilizará a atuação de ações do governo federal junto aos municípios. A observação da cultura a partir do ponto de vista do município é uma garantia da preservação das especificidades. O governo federal deve atuar no sentido de garantir que essas ações sejam efetivamente realizadas.

Moção 13:

Destinatário: Bloco Eixo - 6
Tipo de moção: Repúdio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Moção de repúdio à terminologia utilizada na maioria das políticas públicas: É fundamental, diante da construção histórica das artes no Brasil distinguir

“Artes” e “Linguagens Digitais” tendo em vista a diversidade e natureza de cada um desses campos, garantindo assim, um amplo diálogo para uma abordagem mais aprofundada e assertiva de cada área. É necessário distinguir para fortalecer e unir. Importante destacar que, ao diferenciar essas esferas, promovemos o fortalecimento destes campos de atuação, em um ambiente propício para a colaboração e a confluência criativa entre diferentes linguagens e formas de expressão.

Moção 14:

Destinatário: Bloco Eixo - 6
Tipo de moção: Apoio
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: maioria simples da plenária, 250 pessoas.
Texto da moção: Estabelecer um mapeamento contínuo, com amplo acesso e divulgação, das infraestruturas disponíveis em artes e cultura do país. Contendo informações de artistas, trabalhadores , trabalhadoras, e espaços das artes. Assim como, das ações formais em seus campos e linguagens, incluindo a digital, visando a criação de políticas públicas permanentes e possibilitando a criação de redes colaborativas.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA

Av. Borges de Medeiros, 1501

10º andar

Porto Alegre - RS – 90119-900

Fone: (51) 3288-5408/5439

E-mail: sistema-cultura@sedac.rs.gov.br

SISTEMA
ESTADUAL
DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA



6^a CONFERÊNCIA de ESTADUAL CULTURA

Democracia e Direito à Cultura